

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senadores aprovam galípolo para presidir banco central 3

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aval a Galípolo é sinal de maturidade institucional (Editorial) 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Gabriel Galípolo passa com folga no Senado 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em dia de sabatina de Galípolo, Lula critica taxa de juros 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com placar folgado, Senado aprova nome de Galípolo para presidir o BC 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Lula diz que taxa de juro está alta, mas "haverá de ceder" 8

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
ECONOMIA

Lula diz que taxa de juros está alta, mas que 'vai cair' 9

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novas medidas de arrecadação não deveriam apoiar mais gastos (Editorial) 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS lança cartilha para aposentados 12

A GAZETA - MT - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Custo Brasil: acessar serviços públicos 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxa de longo prazo de 6,5% escancara tamanho do problema 14

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entidades pedem diferenciação entre bets, fantasy e jogos eletrônicos no imposto do pecado
(Reforma tributária) 16

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda criar imposto mínimo para milionários no Brasil 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Quando a gente resolver gargalos, o País decola" 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

"Jamais sofri qualquer tipo de pressão" 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Novo marco para transição energética 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

IBGE pesquisará gastos com bets no orçamento 25

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Risco fiscal e alta da Selic fazem juro real de mercado se aproximar de 7% ao ano
..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IBGE vai investigar gastos de famílias com aposta on-line 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Risco fiscal leva juro real de mercado a se aproximar de 7% 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bancos dos EUA se preparam para queda de receita 31

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Governo quer encerrar saque-aniversário do FGTS 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Enquadrado pelo STF, X volta ao ar no Brasil 34

Senadores aprovam galípolo para presidir banco central

O Senado aprovou ontem o nome de Gabriel Galípolo para o cargo de presidente do Banco Central, na primeira troca de comando desde que a autonomia da autoridade monetária entrou em vigor, em 2021. Indicado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Galípolo recebeu 66 votos a favor e 5 votos contra no plenário, em votação secreta. Não houve abstenções. Mais cedo, ele foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com 26 votos favoráveis, após quase quatro horas de sabatina. Sem falar com a imprensa e com forte esquema de segurança, Galípolo deixou a Casa logo após sua participação na comissão e não esteve presente na votação decisiva no plenário.

Ele terá um mandato de quatro anos na chefia do BC, entre 2025 e 2028. O Senado agora precisa comunicar sua decisão ao Executivo, que publicará o decreto de nomeação do novo presidente. O último passo é a posse no Banco Central. Por ora, não há estimativa de prazo para a conclusão do rito. O mandato do atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, termina em 31 de dezembro. Até o fim do ano, haverá um processo de transição de comando na instituição.

Na sabatina, Galípolo afirmou que Lula garantiu que ele terá liberdade para tomar decisões à frente do cargo, privilegiando o interesse do povo brasileiro. "Toda vez que me foi concedida a oportunidade de encontrar o presidente Lula, eu escutei de forma enfática e clara a garantia da liberdade na tomada de decisões, e (escutei) que o desempenho da função deve ser orientado exclusivamente pelo compromisso com o povo brasileiro", afirmou. "Que cada ação e decisão deve unicamente ao interesse do bem-estar de cada brasileiro", acrescentou. Galípolo também ressaltou aos senadores que, ao longo de sua passagem pelo BC, já subiu, cortou e manteve estável a taxa básica de juros (Selic) e voltou a dizer que em momento algum sofreu pressão de Lula em suas decisões.

Questionado sobre a autonomia do BC, Galípolo disse que o tema gera um "debate acalorado" e que é preciso ressignificar a questão. "As metas e os objetivos estabelecidos ao Banco Central são estabelecidos pelo poder democraticamente eleito. (...) Cabe ao BC perseguir esta meta", disse. "E de maneira nenhuma a ideia de autonomia deve passar uma ideia de que o Banco Central vai se insular e virar

as costas ao poder democraticamente eleito, não se trata disso."

Para ele, o processo de autonomia tem se dado de maneira "bastante estável", em parte porque o BC não ultrapassa o limite de suas atribuições. Sob esse argumento, evitou tecer comentários sobre a atuação da **Receita Federal** e da Petrobras, por exemplo. Galípolo enfatizou aos senadores ter um bom relacionamento com Campos Neto e fez um "mea culpa" por não ter colaborado mais para que a relação do atual presidente do BC com o Executivo fosse melhor.

Apesar dos questionamentos, Galípolo foi poupado e até elogiado pelos parlamentares da oposição, que direcionaram as críticas à atuação do governo Lula. No comando do BC, Galípolo terá a missão de conquistar a confiança do mercado financeiro, que teme um BC leniente no combate à **inflação** em 2025, quando o Comitê de Política Monetária terá maioria dos integrantes indicados por Lula.

TAXA DE JUROS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que o Brasil ainda tem a maior taxa de juros do mundo, mas que ela "haverá de ceder". A declaração aconteceu no dia da sabatina de Gabriel Galípolo, na CAE do Senado. "Eu estou muito feliz porque a economia está razoável, a taxa de juros ainda é a mais alta, mas ela haverá de ceder. Nós temos a **inflação** controlada, nós temos a massa salarial crescendo, nós temos o emprego crescendo, nós temos leis para proteger os empreendedores individuais, o pequeno e médio-empresário", afirmou o presidente. Campos Neto e o Banco Central se tornaram alvo de ataques de Lula desde o início do atual mandato, por causa da taxa de juros. O petista também acusou repetidas vezes o atual presidente de atuar politicamente, por sua proximidade com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Aval a Galípolo é sinal de maturidade institucional (Editorial)

A aprovação pelo Senado de Gabriel Galípolo como próximo presidente do Banco Central (BC) é bem-vinda. Como diretor de Política Monetária do BC, o nome escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir Roberto Campos Neto a partir de janeiro provou ter capacidade de exercer o novo mandato de forma técnica e independente, como esperam o Congresso e os brasileiros preocupados com as pressões inflacionárias.

Antes de integrar a diretoria do BC, Galípolo foi secretário executivo do ministro Fernando Haddad no início da atual gestão petista. Os senadores questionaram sua proximidade de Lula e sua autonomia em relação ao Planalto durante a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos. Em resposta, ele afirmou que Lula lhe garantiu liberdade para tomar decisões e prometeu seguir à risca o objetivo de perseguir as metas de **inflação**. Foi a resposta certa. Mas não cabe ao presidente da República garantir nada ao do BC. A liberdade está assegurada na lei que concedeu autonomia à autoridade monetária - e essa é a maior das garantias.

A primeira missão de Galípolo, em marcha desde que seu nome começou a ser aventado para o cargo, consiste justamente em afastar o fantasma da intervenção do Executivo na condução da política monetária, de consequência desastrosa na última passagem petista pela Presidência da República. Seu maior desafio, contudo, será outro: o cenário inflacionário para 2025 e 2026 é turvo. "A desancoragem nas expectativas de **inflação** nos incomoda", disse na sabatina. A dúvida não é se o juro básico da economia, a Selic, subirá nos próximos meses, mas a que patamar chegará.

A decisão da agência de classificação de risco Moody's de elevar a nota de risco soberano do Brasil para o nível imediatamente abaixo ao de bom pagador não dissipou no mercado a desconfiança sobre os compromissos fiscais deste governo. A dívida pública subirá em todos os anos do terceiro mandato de Lula, e ninguém sabe ao certo quando estacionará ou voltará a cair. Para completar, a credibilidade do governo está em baixa, devido à resistência de Lula em controlar as despesas do governo. Os gastos da União também pressionam a demanda e os preços. Galípolo não terá vida fácil.

Na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, aumentou a Selic em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano. A decisão, primeira alta desde agosto de 2022, foi unânime. Não passou despercebida a coesão entre diretores indicados nas gestões de Lula, Jair Bolsonaro e nas anteriores. A unanimidade ajudou a dissipar dúvidas sobre o comprometimento do BC com o controle de preços. O próprio Galípolo parece consciente de que a política monetária não deve ser contaminada por ideologia.

A aprovação de seu nome pelo Senado dois dias depois do primeiro turno das eleições municipais é sinal de maturidade institucional. O Legislativo faz bem em retomar a agenda prioritária para o país. Ainda há vários outros projetos na fila, a começar pela regulamentação, sem mais atraso, da **reforma tributária**. Os senadores precisam virar essa página histórica para a economia brasileira. E esperado que a Câmara dos Deputados adote postura semelhante e volte ao ritmo normal de atividades. O Congresso não pode ficar parado à espera do segundo turno com tantos desafios urgentes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Gabriel Galípolo passa com folga no Senado

O Senado aprovou ontem o nome de Gabriel Galípolo para o cargo de presidente do Banco Central, na primeira troca de comando desde que a autonomia da autoridade monetária entrou em vigor, em 2021. Indicado pelo presidente Lula, Galípolo recebeu 66 votos a favor e 5 contra no plenário, em votação secreta. Não houve abstenções. É o placar com maior folga no plenário para uma indicação à presidência do BC em mais de 20 anos. O recordista anterior era Roberto Campos Neto, que em 2019 obteve 55 votos favoráveis e 6 contrários.

Mais cedo, ele foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com 26 votos favoráveis, após quase quatro horas de sabatina. Sem falar com a imprensa e com forte esquema de segurança, Galípolo deixou a Casa logo após sua participação na comissão e não esteve presente na votação decisiva no plenário. Ele terá um mandato de quatro anos na chefia do BC, entre 2025 e 2028.

O Senado agora precisa comunicar sua decisão ao Executivo, que publicará o decreto de nomeação do novo presidente. O último passo é a posse no Banco Central. Por ora, não há estimativa de prazo para a conclusão do rito. O mandato do atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, termina em 31 de dezembro. Até o fim do ano, haverá um processo de transição de comando na instituição.

Na sabatina, Galípolo afirmou que Lula garantiu que ele terá liberdade para tomar decisões à frente do cargo, privilegiando o interesse do povo brasileiro. "Toda vez que me foi concedida a oportunidade de encontrar o presidente Lula, eu escutei de forma enfática e clara a garantia da liberdade na tomada de decisões, e [escutei] que o desempenho da função deve ser orientado exclusivamente pelo compromisso com o povo brasileiro", afirmou.

Galípolo também ressaltou aos senadores que, ao longo de sua passagem pelo BC, já subiu, cortou e manteve estável a taxa básica de juros (Selic) e voltou a dizer que em momento algum sofreu pressão de Lula em suas decisões.

Apesar dos questionamentos, Galípolo foi poupado e até elogiado pelos parlamentares da oposição, que direcionaram as críticas à atuação do governo Lula.

No comando do BC, Galípolo terá a missão de conquistar a confiança do mercado financeiro, que

teme um BC leniente no combate à **inflação** em 2025, quando o Comitê de Política Monetário (Copom) terá maioria dos integrantes indicados pelo petista.

Em maio, um racha no colegiado do BC provocou ruídos com o mercado e, desde então, os membros da cúpula tentam mostrar coesão.

Na última reunião do Copom, em setembro, Galípolo votou alinhado ao atual chefe da autoridade monetária em uma decisão unânime por um aumento de 0,25 ponto percentual na Selic, de 10,5% para 10,75% ao ano.

Galípolo reafirmou o compromisso do BC com o objetivo de levar a **inflação** em direção à meta e disse que o processo de desinflação será lento e custoso, o que exige conservadorismo da autoridade monetária.

"Nós vamos estar sempre sujeitos a momentos mais desafiadores, mas a atuação do Banco Central tem sido inequívoca na perseguição da meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional", disse em sua fala inicial.

Aos 42 anos, Galípolo foi um dos conselheiros econômicos de Lula na campanha presidencial de 2022, atuou como secretário-executivo do Ministério da Fazenda e braço- direito de Haddad até junho do ano passado e manteve canal direto com o chefe do Executivo desde que assumiu o posto de diretor de Política Monetária do Banco Central (Da Folhapress).

Sítio:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18146>

Em dia de sabatina de Galípolo, Lula critica taxa de juros

CAIO SPECHOTO LUIZ ARAÚJO BRASÍLIA

Durante evento no mesmo horário em que o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, passava por sabatina no Senado para chancelar sua indicação à chefia da autarquia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse a empresários do agronegócio e do setor de combustíveis renováveis que a taxa de juros está alta, mas que "haverá de ceder" porque a inflação está controlada.

Lula se disse satisfeito pelos resultados de seu governo na economia, como a previsão de um avanço superior a 3% para o PIB neste ano. "Estou muito feliz porque a economia está razoável, a taxa de juros ainda é a mais alta, mas ela haverá de ceder, nós temos a inflação controlada, nós temos a massa salarial crescendo, nós temos o emprego crescendo, nós temos leis para proteger os empreendedores individuais, o pequeno e médio empresário." Lula disse que há "pouquíssimos" países com a estabilidade e o crescimento do Brasil. Declarou ainda que não se pode fazer dívida se não houver como pagar.

Também disse que nunca um presidente da República havia convidado as agências de classificação de risco para conversar, como ele fez em Nova York. Pouco depois, a Moody's melhorou a nota do Brasil.

Desde o começo de seu terceiro mandato, Lula critica o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, e a condução da política monetária.

O presidente da República insinua com frequência que Campos Neto é aliado do expresidente Jair Bolsonaro, que o indicou ao cargo. Em 2022, o presidente da autoridade monetária compareceu à sua seção eleitoral com uma camisa da seleção brasileira de futebol, que é associada aos eleitores de Bolsonaro.

Lula também é crítico da autonomia dada por meio de lei ao BC, classificada por ele como uma "bobagem". Desde 2021, o BC tem autonomia operacional, ou seja, não está vinculado ao Ministério da Fazenda.

Os presidentes e diretores da autarquia passaram a ter quatro anos de mandato, após indicação do governo federal.

O Congresso agora avalia conceder autonomia orçamentária e financeira à autarquia.

COMBUSTÍVEIS. Lula também afirmou que o Brasil fará uma revolução energética, e que não há no mundo economia capaz de competir com o País na área de combustíveis sustentáveis.

Além disso, o petista afirmou que a União Europeia quer discutir restrições no acordo de comércio usando as queimadas que atingiram diversas partes do Brasil como justificativa. "Todos vocês sabem que a União Europeia está ameaçando a gente, que vai colocar queimada na mesa de negociação, e estamos dizendo "não coloque porque estamos preservando mais do que vocês em qualquer outro momento da história".

Avaliação Lula vê economia com resultados "razoáveis" e taxa de inflação sob controle

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Com placar folgado, Senado aprova nome de Galípolo para presidir o BC

CÍCERO COTRIM CÉLIA FROUFE

O economista Gabriel Galípolo foi aprovado ontem, pelo plenário do Senado, para presidir o Banco Central a partir de janeiro de 2025, no lugar de Roberto Campos Neto. Foram 66 votos a favor e 5 contra, em votação secreta. Antes, ele passou por uma sabatina que durou cerca de quatro horas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, onde seu nome teve o aval unânime dos 26 integrantes.

Galípolo ocupa desde julho do ano passado a Diretoria de Política Monetária do BC, e sua indicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o lugar de Campos Neto - alvo recorrente de críticas de Lula - chegou a alimentar no mercado o receio de um BC mais leniente com a **inflação**, dada a proximidade do economista com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (de quem foi secretário executivo) e com o próprio presidente. Sacramentada a aprovação do seu nome, analistas afirmaram ontem que as novas decisões da autarquia serão "olhadas com lupa" (mais informações na pág. B2).

Durante a sabatina, Galípolo procurou manter um discurso de defesa de uma política monetária que recoloca a **inflação** na meta e também a favor de independência do BC em relação ao Executivo. Questionado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), afirmou que, se eventualmente sofrer pressão, terá "coragem" para fazer valer as suas decisões baseadas em critérios técnicos.

"Terei a coragem, obviamente, porque, primeiro, é o mandato legal do Banco Central.

E, segundo, todos os pedidos e recomendações dos senhores foram de me assegurar, me asseverar dessa liberdade", afirmou ele. "Agora e no futuro, eu assumo aqui o compromisso de continuar nessa posição." Ainda sobre esse tema, ele negou já ter sido pressionado por Lula. "Toda vez que me foi concedida a oportunidade de encontrar o presidente Lula, eu escutei de forma enfática e clara a garantia da liberdade na tomada de decisões, e que o desempenho da função deve ser orientado exclusivamente pelo compromisso com o povo brasileiro." **INFLAÇÃO**. A aprovação do seu nome ocorre em momento de alta da Selic. Na sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do

BC elevou a taxa básica de juros de 10,5% para 10,75% ao ano, em votação unânime.

Tanto Galípolo quanto os três outros diretores já indicados por Lula para o colegiado votaram pelo aperto, assim como Campos Neto e outros quatro diretores herdados do governo anterior.

No mercado, algumas instituições já trabalham com uma **inflação** acima do teto da meta no ano (de 4,5%, já considerando a margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual), puxada por fatores como reajuste de alimentos e o peso da bandeira tarifária vermelha sobre as contas de energia. Esse cenário reforça a previsão de novos aumentos da Selic (mais informações na pág. B4).

Sobre essa questão, Galípolo afirmou que cabe ao BC colocar o juro em nível restritivo pelo tempo necessário para atingir a meta. "Hoje, temos uma meta estabelecida de 3%, que cabe ao Banco Central perseguir de maneira efetiva, colocando a taxa de juros em um nível restritivo pelo tempo que for necessário para se atingir essa meta. Essa é a função do Banco Central, assim que funciona o arcabouço institucional e legal do Banco Central", disse ele.

Galípolo também ressaltou que compete ao BC ser o guardião da moeda. "A confiança depositada na instituição é um dos pilares centrais da sociedade civil organizada como nós conhecemos. Então, isso, por si só, já é uma enorme responsabilidade. Essa responsabilidade é amplificada pelos desafios **impostos**, pelo quadro histórico em que a gente vive, mas também pela confiança que é depositada em mim e em toda a diretoria do Banco Central."

Cenário

Escolha de Galípolo marca 1ª troca de comando desde que a autonomia do BC entrou em vigor, em 2021

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula diz que taxa de juro está alta, mas "haverá de ceder"

ALICE CRAVO alice.cravo@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar a taxa de juros no país. A declaração foi dada no mesmo momento em que o Senado Federal realizava ontem a sabatina do seu indicado, Gabriel Galípolo, para a presidência do Banco Central.

Lula afirmou que a economia está "razoável", criticou o juros, mas afirmou que a taxa "haverá de ceder".

- Eu estou muito feliz porque a economia está razoável, a taxa de juros ainda é a mais alta, mas ela **haverá de ceder**, nós temos a **inflação** controlada, nós temos a massa salarial **crescendo**, nós temos o emprego **crescendo**, nós temos leis para proteger os empreendedores individuais, o pequeno e médio empresário. Tudo já está feito.

Desde que iniciou o mandato, Lula tem feito reiteradas críticas a Roberto Campos Neto e ao patamar da taxa básica de juros.

Lula também afirmou que tem pedido aos ministros para não criarem novos programas e focarem a dedicação das pastas nas iniciativas já anunciadas ao longo do primeiro ano da gestão.

- Eu tenho dito para os meus ministros. Agora é época da colheita. Nenhum ministro pode inventar mais nada, chega. Agora é hora da gente colher. Já plantamos, já regamos, agora é hora da gente colher, e colher bem, porque eu quero deixar a presidência da República outra vez com esse país **crescendo**, respeitado no mundo inteiro, invejado no mundo inteiro pela nossa capacidade de fazer essa revolução energética que estamos fazendo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula diz que taxa de juros está alta, mas que 'vai cair'

O presidente da República, Luiz Inácio Lula, disse ontem, para uma plateia de empresários do agronegócio e dos combustíveis renováveis, que a taxa de juros está alta, mas cairá. A fala do presidente foi ao mesmo tempo em que seu indicado para presidir o Banco Central, Gabriel Galípolo, era sabatinado no Senado.

Mais tarde, Galípolo seria aprovado pelos senadores.

Lula se disse satisfeito pelos resultados de seu governo na economia, como a expectativa do **PIB** de 3,5% neste ano. E afirmou: "Estou muito feliz porque a economia está razoável, a taxa de juros ainda é a mais alta, mas ela haverá de ceder, nós temos a **inflação** controlada, nós temos a massa salarial crescendo, nós temos o emprego crescendo, nós temos leis para proteger os empreendedores individuais, o pequeno e médio empresário".

Lula declarou que há "pouquíssimos" países com a estabilidade e o crescimento do Brasil. E acrescentou que não se pode fazer dívida se não houver como pagar. Também disse que nunca um presidente da República havia convidado as agências de classificação de risco para conversar, como ele fez em Nova York.

Pouco depois, a Moodys melhorou a nota do Brasil.

Lula afirmou ainda que o Brasil fará uma revolução energética, e que não há no mundo ninguém capaz de competir com o país na área de combustíveis sustentáveis.

Além disso, o petista afirmou que a União Europeia quer discutir restrições no acordo de comércio usando as queimadas que atingiram diversas partes do Brasil como justificativa.

"Todos vocês sabem que a União Europeia está ameaçando a gente que vai colocar queimada na mesa de negociação, e estamos dizendo "não coloque porque estamos preservando mais do que vocês em qualquer outro momento da história", disse o presidente da República.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=814>

Novas medidas de arrecadação não deveriam apoiar mais gastos (Editorial)

O governo recorreu a mais duas medidas para ajudar as contas públicas. Uma delas adia em um ano o prazo para os bancos deduzirem o estoque de crédito inadimplente da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que vai resultar em receita extra de R\$ 16 bilhões para os cofres públicos. A outra estabeleceu um adicional de CSLL pago pelas multinacionais estrangeiras que atuam no Brasil, que deverá gerar em torno de R\$ 8 bilhões por ano quando atingir a maturidade. Essa arrecadação adicional deveria ser usada para zerar as contas públicas e, se possível, conseguir algum superávit. Teme-se que sirva para ampliar gastos.

Até agora, a Fazenda conta com um pacote de R\$ 166,4 bilhões de receitas extras, muitas delas incertas, como as que dependem de vitórias no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, de acordos de transações tributárias ou então sujeitas à aprovação pelo Congresso. Mas o presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que há muita resistência a aprovar impopulares aumentos de **impostos** para cumprir o ajuste fiscal. Estão no Congresso propostas do Executivo que elevam a taxa sobre dividendos e juros sobre capital próprio, que podem render R\$ 25 bilhões.

Nos casos mais recentes, o governo buscou argumentos para quebrar a resistência dos congressistas. No adiamento em um ano do prazo para os bancos começarem a deduzir o crédito inadimplente da base de cálculo do IR e da CSLL, detalhado na Medida Provisória (MP) 1.261, a mudança teria sido pedida pelos próprios bancos, que também solicitaram o alongamento do prazo de adaptação dos três anos originais para oito a dez anos.

Assim, pela MP 1.261, os bancos passariam a fazer o ajuste do estoque de crédito inadimplente, alinhando as regras contábeis às tributárias, em janeiro de 2026, e não mais no próximo ano, em parcelas ao longo de um período dilatado. A regra de 36 parcelas era considerada curta, e alguns bancos poderiam ter prejuízo fiscal. Os bancos ganham assim mais tempo para abater os créditos inadimplentes dos resultados e poupam capital para seguir emprestando. O governo insiste que é uma medida prudencial, mas, na prática, reforçará de imediato a arrecadação em estimados R\$

16 bilhões.

Oficialmente, os recursos serão utilizados para compensar "outros projetos de lei que podem melhorar o sistema tributário para torná-lo mais justo e eficiente", como o PL das aplicações financeiras, que promete uniformizar algumas regras de operação em bolsa e seria neutro do ponto de vista da arrecadação, e a revisão das regras de tributação de subsidiárias operacionais no exterior das empresas brasileiras (TBU).

A outra MP, a 1.262, nada mais é que a implantação da tributação sobre as multinacionais prevista no pilar 2 - ou Global Anti-Base Erosion (GloBE)-em acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O pilar 2 estabelece que multinacionais com faturamento superior a 750 milhões anuais elevem pagar no mínimo 15% sobre o lucro. Japão, Coreia do Sul, Canadá e integrantes da União Europeia, são exemplos de países que já adotaram as regras GloBE.

No Brasil, a tributação nominal sobre renda das empresas no Brasil é de 34%, somando Imposto de Renda e CSLL. Mas a carga efetiva pode cair abaixo de 15% com incentivos concedidos e deduções legais. Assim, o adicional de CSLL só será cobrado nos casos em que a tributação corporativa cair a nível inferior de 15%. O novo tributo vai entrar em vigor em 2025. Por estar em transição e requerer muitas providências, deve resultar em arrecadação somente em 2026, de R\$ 3,4 bilhões. Em estimativa conservadora, a previsão para 2027 é de R\$ 7,2 bilhões e, para 2028, de R\$ 7,8 bilhões.

Apesar disso, a nova tributação sobre as multinacionais deve enfrentar contestações. Um dos principais pontos de crítica é o fato de ter sido instituída por MP, motivo de queixa em outros casos. A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) reclamou que o governo agiu "sem adotar o devido diálogo com o setor produtivo e as lideranças do Poder Legislativo", e na "ânsia por elevar a arrecadação diante da dificuldade em reduzir despesas e promover mudanças estruturais nas contas públicas". Tributaristas concordam que o assunto deveria ter sido encaminhado na forma de um projeto de lei. Outro ponto de crítica é que a MP é detalhada em Instrução Normativa, que não tem força de lei, com cerca de

nada menos que 150 artigos.

As MPs com as novas regras tributárias foram divulgadas em edição extra do Diário Oficial na virada do mês. Já se esperava alguma surpresa fiscal para esses dias em vista dos prazos legais para tal tipo de mudança. Em casos de contribuição, se exigem noventa dias de antecedência para a medida entrar em vigor. Em relação ao Imposto de Renda, vale o princípio da anualidade, ou seja, mudanças apenas passam valer no ano seguinte.

Há ainda a urgência do governo em garantir o cumprimento de zerar o déficit. Mas isso não é desculpa para seguir aumentando **impostos**. A criatividade também deve ser usada em medidas de controle de despesas, menos enfáticas do que as de elevação das receitas.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188008?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188008?page=1§ion=1)**

INSS lança cartilha para aposentados

BRASÍLIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) lançou uma cartilha sobre o processo de reavaliação dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC/Loas). A atualização cadastral - o chamado pente-fino do **INSS** - está funcionando desde agosto para garantir que os benefícios sejam pagos aos segurados que realmente têm direito.

A nova cartilha traz informações sobre etapas do processo, a forma de notificação dos beneficiários e as bases legais da reavaliação. Para baixar o informativo, o segurado deve acessar o site do **INSS**.

O BPC/Loas garante um salário mínimo por mês ao idoso com mais de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, desde que não tenha contribuído para a **Previdência Social** e comprove renda familiar per capita igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Os beneficiários precisam estar inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) e devem atualizar o cadastro a cada dois anos.

Desde 1º de agosto, o **INSS** começou a enviar mensagens push pelo Meu **INSS**, como forma de notificação sobre o pente-fino do BPC/Loas. Outros meios de contato incluem busca ativa, quando a central de atendimento 135 liga do número (11) 2135-0135; envio de cartas pelos Correios; mensagens SMS; avisos pela rede bancária (no extrato de pagamento); e publicações em editais.

Atenção: o **INSS** não pedirá dados nem biometria facial dos beneficiários do BPC/Loas. Apenas encaminhará a pessoa para comparecer ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de sua cidade. Os documentos devem ser apresentados no Cras e não a terceiros.

A consulta para saber se é necessário se dirigir ao Cras pode ser feita pelo aplicativo ou site Meu **INSS**, sem necessidade de login e senha. Basta ir em revisão do BPC/Loas e digitar o CPF.

No final de setembro, o prazo para realizar o cadastro foi estendido. A Portaria interministerial 29 alterou a data-base de 26 de julho para 16 de setembro, para início da contagem de tempo para realizar o procedimento.

Aqueles que tiverem ciência da notificação terão o benefício suspenso se não realizarem a inscrição ou atualização no CadÚnico no prazo estabelecido: 45 dias para residentes em municípios de até 50 mil habitantes e 90 dias para os que têm mais de 50 mil habitantes.

PRÉDIO do **INSS**, que lançou cartilha sobre o processo de reavaliação dos benefícios para os idosos de baixa renda

Custo Brasil: acessar serviços públicos

Não é segredo para os brasileiros que a máquina pública tem um peso gigantesco sobre o orçamento do país, impactando a capacidade do Estado de investir. Para se ter uma ideia, o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 prevê que apenas 2,84% das despesas do Estado serão destinadas a investimentos. Isso porque, a maior parte dos recursos serão destinados ao custeio de salários, benefícios e aposentadorias, enquanto falta unidade de saúde básica para atendimento no interior do país, por exemplo. Em mais um artigo, faço questão de lembrar que não tenho a intenção de criticar governo A ou B, mas sim trazer luz aos problemas do nosso país e a quanto isso custa para você, cidadão. Fazendo o gancho com o assunto, o indicador 'acesso a serviços públicos', que compõe o Custo Brasil, mensura o custo adicional que temos devido à ineficiência do Estado brasileiro, quando comparado à média dos países da OCDE. Ele é composto por dois subítem, sendo um a 'efetividade dos serviços públicos', que faz um comparativo entre indicadores de educação, saúde e segurança e o montante gasto pelo governo nessas áreas, e o subitem 'digitalização dos serviços públicos', que captura a quantidade de serviços públicos digitais e calcula sua eficiência. Vamos aos números. Segundo o MBC, o brasileiro pagou R\$ 45,4 bilhões a mais do que a média dos países da OCDE devido à ineficiência dos serviços públicos, no que tange à saúde, educação e segurança pública. Já no tocante ao custo com a efetividade da digitalização dos serviços públicos, o valor foi de R\$ 6,9 bilhões. Ou seja, além do custo citado na semana passada, de honrar **tributos**, que está diretamente ligado ao tamanho da máquina pública brasileira, ainda temos o custo de R\$ 52,3 bilhões por ano, devido à ineficiência dos serviços públicos. Não estou dizendo que a melhor solução seja o fim do Estado, até porque é necessário que a população tenha acesso a serviços básicos independente da sua condição financeira, e isso tem um custo. O que precisamos debater é sobre o aumento da produtividade do setor público e de sua eficiência. Diminuir a burocracia, os custos com **impostos**, benefícios, a morosidade dos trâmites públicos, além de incentivar a inovação no setor público, dentre outras ações, pode contribuir para isso. Esses são alguns exemplos que poderiam aumentar a produtividade dos **servidores públicos**, melhorar os serviços prestados e aumentar a satisfação da população que é atendida. Isso pode acontecer por meio de uma reforma administrativa, que traga novas diretrizes para os **servidores públicos**, mais transparência aos gastos, enxugue a máquina pública e impulsione a inovação e o ganho de produtividade

no setor público. E, quando falo em inovação, não me refiro necessariamente a algo revolucionário que demandará muitos recursos. Por exemplo, a Prefeitura de São Paulo conseguiu reduzir em 77% o tempo de emissão de um alvará para Habitação de Interesse Social por meio de um processo declaratório 100% digital e automatizado. A iniciativa, que começou em 2020, reduziu os processos manuais - o que diminuiu as chances de erro -, liberou os profissionais que antes fiscalizavam os processos para realizarem outras atividades e acelerou a emissão do documento. Tudo isso refletiu em um aumento da produtividade no serviço público. É claro que essa mudança na forma como a máquina pública funciona no Brasil hoje não aconteceria da noite para o dia. Porém, é crucial que iniciemos essa discussão. O fato é que pagamos uma conta alta por não termos acesso a serviços públicos de qualidade, e isso afasta investimentos do nosso país, além de afetar diretamente a população brasileira, que, apesar de pagar uma alta carga tributária, muitas vezes não tem acesso a saúde, educação de qualidade, ou se sentem inseguras ao andar pelas ruas do Brasil.

Taxa de longo prazo de 6,5% escancara tamanho do problema

Sergio Lamucci De São Paulo

As taxas dos títulos de longo prazo do Tesouro atrelados ao IPCA estão próximas de 6,5% ao ano, um nível insustentável para as contas públicas. É esse o rendimento das NTN-Bs com vencimento em 2045 e 2050, que oferecem uma boa medida do juro real, ou seja, descontada a **inflação**. Os juros desses papéis estão quase 1 ponto percentual acima dos 5,6% do fim do ano passado, um número que já era muito elevado.

O aumento das taxas desses títulos neste ano é um termômetro adequado da piora da percepção sobre as contas públicas do país.

A avaliação de grande parte dos especialistas é que o arcabouço fiscal não estabiliza a dívida pública como proporção do **PIB** ao longo do tempo, por não haver uma estratégia de controle do ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. O governo tem adotado medidas para elevar a arrecadação e toma algumas iniciativas para segurar alguns gastos, mas não há um plano claro para deter o avanço de dispêndios nos próximos anos. Nos últimos meses, surgiram dúvidas em relação à transparência das contas públicas.

Alguns analistas veem parte das receitas superestimadas e uma parcela das despesas subestimadas, além do fato de que há gastos fora das metas fiscais.

Juros reais de longo prazo na casa de 6,5% exigem superávits primários (que não incluem gastos com juros) muito elevados para estabilizar a dívida pública, além de obviamente afetar o ritmo de crescimento da economia, prejudicando a arrecadação de **impostos**. Não são níveis sustentáveis. As estimativas dos analistas para o resultado primário que estabiliza a dívida variam de 1% do **PIB** a mais de 2% do **PIB**, a depender das suposições para variáveis como crescimento da economia, juros reais, câmbio e deflator do **PIB** (uma espécie de "**inflação do PIB**"). Nos 12 meses até agosto, houve déficit primário de 2,3% do **PIB**. O consenso de mercado para o resultado deste ano é de 0,6% do **PIB**.

Ontem, as taxas pagas pelo Tesouro no leilão de NTN-Bs saíram mais uma vez muito elevadas.

Os juros dos papéis com vencimento em 2027 ficaram

em 6,709%. No caso dos títulos que vencem em 2045, a taxa ficou em 6,3889%, mas o Tesouro vendeu apenas 4,23% do lote colocado à venda.

O aumento da nota de crédito do Brasil pela Moody's no começo do mês intensificou o debate sobre a situação fiscal do país. Ao deixá-lo a um passo do grau de investimento, a ação da agência de classificação de risco levantou a discussão sobre em que medida há exagero nas críticas e preocupações de especialistas em relação à saúde das contas públicas brasileiras. A Moody's deu grande peso ao crescimento do país, que teria melhorado estruturalmente.

Os analistas, porém, olham para as perspectivas para a dívida pública e para as vulnerabilidades do arcabouço fiscal.

O endividamento bruto passou de 71,7% do **PIB** em dezembro de 2022 para 78,5% do **PIB** em agosto deste ano, enquanto a dívida líquida (que desconta ativos como as reservas internacionais) subiu de 56,1% do **PIB** para 62% do **PIB** nesse período, e a expectativa é que elas sigam em alta nos próximos anos. Essa trajetória de aumento contínuo preocupa, por se tratar de uma dívida elevada e com um custo pesado para o Tesouro.

O nível das taxas dos títulos de longo prazo atrelados à **inflação** é um sinal poderoso do risco fiscal.

Não há uma situação explosiva no curto prazo, mas os juros desses papéis precisam voltar a níveis sustentáveis, o que só vai ocorrer se e quando diminuírem as incertezas sobre as contas públicas.

Em novembro de 2019, essas taxas alcançaram um nível baixo para padrões brasileiros, em torno de 3,3% ao ano, num momento em que o teto de gastos ainda tinha credibilidade e a reforma da Previdência foi aprovada.

O recuo das taxas para níveis mais razoáveis, ainda que superiores a esses 3,3%, depende especialmente de medidas para conter o avanço das despesas obrigatórias.

Sem iniciativas nessa direção, a Selic não vai cair, nem tampouco recuarão os juros de longo prazo, o

que vai reduzir o ritmo de crescimento, apesar de medidas que podem aumentar a capacidade de expansão do **PIB** a taxas maiores, como a **reforma tributária** e a reforma trabalhista. Num cenário como esse, a economia tenderia a crescer a taxas mais modestas, comprometendo mais o quadro fiscal, porque a arrecadação seria mais baixa e a dívida seria comparada a um **PIB** menor.

"Alguns analistas veem parte das receitas superestimadas e uma parcela das despesas subestimadas"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188008>

Entidades pedem diferenciação entre bets, fantasy e jogos eletrônicos no imposto do pecado (Reforma tributária)

Nivaldo Souza

Entidades do segmento de jogos virtuais participaram de audiência pública sobre a **reforma tributária** realizada pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, nesta terça-feira (8), mostrando divisão em relação à forma como o setor deve ser enquadrado no Imposto Seletivo .

Enquanto os desenvolvedores de jogos eletrônicos e fantasy jogos defendem que apenas as bets deveriam ser taxadas pelo chamado 'imposto do pecado', o setor de jogos de prognósticos (bets) defendeu a não incidência do novo tributo sobre suas atividades.

Não foram convidados para o debate pessoas que defendem essa tributação, que foi colocada no projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados.

A diretora da ABragames (Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games), Raquel Gontijo, defendeu que o projeto de regulamentação da reforma em tramitação no Senado (PLP68/2024) defina regras para que sejam criados CNAEs (número de cadastro de atividades na Receita) para fantasy, desenvolvedores, bets e outras modalidades confundidas com jogos eletrônicos (lúdicos e esportivos) de bets e jogos de azar.

O presidente da Associação Brasileira de Fantasy, Rafael Marcondes, defendeu a exclusão da modalidade do regime seletivo, alegando que o Congresso aprovou uma lei, no ano passado, reconhecendo-a como "esporte eletrônico" sem prejuízo à saúde. No fantasy, por exemplo, é possível montar equipes para um campeonato de futebol com o jogador atuando como treinador virtual e, segundo ele, não envolve apostas.

"O primeiro caminho seria retirar o fantasy do regime diferenciado das apostas esportivas e concursos de prognóstico", afirmou. Para ele, o fantasy não se enquadra no conceito de imposto seletivo por não trazer efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Os representantes das bets no Brasil argumentaram que o excesso de imposto pode aumentar a presença

de jogos ilegais. O presidente do IBJR (Instituto Brasileiro do Jogo Responsável), André Gelfi, definiu o excesso de bets como um "fenômeno descontrolado" de um "mercado paralelo" internacional de "milhares de sites".

Ele defendeu a regulamentação do mercado para evitar a participação de sites estrangeiros sem registro no país e, com isso, que o setor saia do que definiu como "limbo de regras".

Gelfi disse que o setor deve recolher 38,5% de imposto com a reforma sem incluir o seletivo, cuja alíquota será regulamentada em outro momento por projeto de lei complementar. Seriam 26,5% da alíquota normal, mais uma tributação de 12% prevista na lei aprovada no ano passado.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

"Essa carga [de 38,5%] representa um grande desafio para que a gente possa, de fato, ter um mercado local formal que trate das externalidades e que o Estado possa de fato monitorar. Se aumenta o imposto, a gente perde o controle", disse.

A advogada Ana Helena Karnas Hoefel Pamplona, representante da ANJ (Associação Nacional de Jogos e Loterias), seguiu a mesma linha de argumentação. Segundo ela, todos os "países não autoritários", ou seja, democracia, regulamentaram atividades como bets. "Não regulamentar é pior", disse.

Ela defendeu uma tributação moderada para "combater jogos que não estão dentro das regras do entretenimento" e trazê-los para a formalidade. "Estudos internacionais mostram que aumentar a tributação demais ocorre o contrário, a pessoa joga no mercado irregular."

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/10/entidades-pedem-diferenciacao-entre-bets-fantasy-e-jogos-eletronicos-no-imposto-do-pecado.shtml>

Governo estuda criar imposto mínimo para milionários no Brasil

Adriana Fernandes

O Ministério da Fazenda estuda a criação de um imposto mínimo para pessoas físicas para garantir uma tributação efetiva da renda dos milionários no Brasil.

O debate sobre o tema está sendo feito de forma reservada na equipe do ministro Fernando Haddad como uma eventual contrapartida para bancar o aumento para R\$ 5.000 da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

A correção da tabela é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O valor atual de isenção é de dois salários mínimos (R\$ 2.824).

A proposta em análise pelos técnicos de Haddad acontece na esteira da criação do Imposto Mínimo Global , previsto em medida provisória editada na semana passada que estabeleceu um adicional à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) para as multinacionais com a finalidade de garantir a efetividade de uma alíquota mínima de 15%.

O imposto mínimo sobre as pessoas físicas milionárias teria uma alíquota a ser definida entre 12% ou 15% da renda. A sistemática de cobrança seria da seguinte forma: compara-se o valor da aplicação do imposto mínimo sobre a renda total da pessoa com o que ela efetivamente pagou pelo sistema atual. Se o resultado for menor, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste do IRPF.

Integrantes do governo a par do tema informaram à Folha que uma possibilidade é que o imposto mínimo seja cobrado sobre as pessoas físicas com renda acima de R\$ 1 milhão. Hoje, cerca de 250 mil de pessoas físicas fazem parte desse grupo. O debate se intensificou ao longo do último mês. Procurado pela reportagem, o Ministério da Fazenda não respondeu.

Algumas rendas isentas poderiam ficar fora da base de cálculo. Esse ponto está sendo avaliado. No Brasil hoje, quanto mais alta a renda da pessoa física, a tendência é que seja menor o imposto que ela paga. É a chamada regressividade do sistema tributário brasileiro. O governo Lula tem como meta tornar o sistema tributário mais progressivo.

Na equipe econômica, há uma preocupação de que o imposto mínimo não atropеле a **reforma tributária** estrutural da renda, que inclui a volta da tributação de lucro e dividendos associada à redução do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) . Essa é uma das discussões que envolvem o debate sobre o envio ao Congresso da proposta de adoção do imposto mínimo para financiar a correção da tabela.

O custo de corrigir a faixa de isenção do IRPF para R\$ 5.000 poderia chegar a R\$ 50 bilhões, se o reajuste da tabela impactasse todas as faixas de renda. A ideia da equipe econômica é reduzir o impacto para uma patamar em torno de R\$ 35 bilhões restringindo o alcance da isenção para a pessoa que efetivamente ganha R\$ 5.000 e diminuindo a cobrança para quem está próximo dessa faixa.

Em 2024, o presidente Lula aumentou a faixa de isenção e, com isso, a pessoa física com uma remuneração mensal de até R\$ 2.824 não paga o imposto.

O valor ainda está distante da faixa prometida por Lula. Em 2023, o governo promoveu a primeira elevação do limite de isenção, após oito anos de congelamento da tabela. Na proposta de Orçamento de 2025, a correção não está prevista.

O imposto mínimo para as pessoas físicas está em linha com a proposta do economista francês Gabriel Zucman, de uma taxa global de super-ricos. A proposta foi levada pelo Brasil ao G-20.

A ideia base do economista prevê um imposto de 2% sobre o patrimônio de cerca de 3.000 pessoas que detêm mais de US\$ 1 bilhão ou R\$ 5,15 bilhões (mais de cem deles na América Latina), o que geraria uma receita de US\$ 250 bilhões.

No início de setembro, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, antecipou à Folha que a reforma da renda deverá ser dividida em etapas , começando pela pessoa física. Algumas semanas depois, o próprio Haddad afirmou que apresentou a Lula cenários para a proposta da reforma da renda, cabendo ao presidente definir o melhor momento para enviá-la.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente.
Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/governo-estuda-criar-imposto-minimo-para-milionarios-no-brasil.shtml>

"Quando a gente resolver gargalos, o País decola"

CENÁRIOS: Daniel Feffer, Vice-presidente do conselho de administração da Suzano e presidente no Brasil da Câmara Internacional de Comércio

SONIA RACY | integrante da terceira geração da família que fundou a Suzano - maior fabricante de celulose do mundo -, há 100 anos no Brasil, Daniel Feffer, além de vice-presidente do conselho de administração da empresa, representa hoje o Brasil na Câmara Internacional de Comércio (ICC, na sigla em inglês).

Ele vê como grande desafio a busca de melhor posição no comércio mundial para os produtos brasileiros. Um caminho que exige racionalizar **impostos**, modernizar a infraestrutura e baixar o custo do capital. "Na hora em que a gente resolver esses gargalos, o País decola." Neto de Leon Feffer, o fundador da Suzano, Daniel também se diz "um entusiasta" da governança da família. "A gente procura aprender com as melhores práticas das empresas centenárias." Em sua atuação na ICC, ele chama a atenção para a questão ambiental, que, a seu ver, pode se tornar "o grande diferencial que o mundo clama do Brasil".

A seguir, os principais trechos da conversa: Qual sua função como representante do Brasil na ICC?

Ela foi fundada há mais de 100 anos, logo depois da 1.ª Guerra, por comerciantes europeus e americanos para ajudar os países a prosperar com o comércio entre eles. Denominavam-se "merchants of peace", mercadores da paz, cientes de que o desenvolvimento de todos traria a paz mundial.

Na prática, o que é a ICC no Brasil?

Ela tem aqui 200 empresas associadas.

Funciona aqui um dos muitos comitês nacionais, voltados para a implantação de políticas públicas e privadas para melhorar o ambiente de negócios no que diz respeito à integridade e à sustentabilidade.

Por que a participação brasileira no comércio mundial é tão pequena? Nós passamos de 0,7% para 1,05% nos últimos 20 anos...

Se me permite, vou antes contar um pouco sobre

nossos pilares essenciais. Primeiro, integridade, compliance, que são base de tudo o que a gente faz - na vida, em casa, no nosso País. A ICC desenvolve políticas de integridade entre empresas, instituições, associações, governo. O segundo pilar é sustentabilidade. Encaramos temas como clima e meio ambiente como uma avenida de desenvolvimento.

Mas, afinal, por que a participação do Brasil no comércio mundial é tão pequena?

O fato importante para o desenvolvimento econômico é o fluxo do comércio. Aquela ideia de que "exportar é o que importa" serviu por um período. Mas a gente precisa é de fluxo.

Ele é pequeno para o Brasil de hoje, né?

A média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) do comércio exterior em relação ao **PIB** é de 64%. O Brasil já esteve em 30%.

Em 2022, chegou a 39%, mas agora está em 33%. Para crescer de modo sustentável, precisamos ter competitividade e vontade política para promover transformação. A China está fazendo isso, um programa com foco em inovação, sustentabilidade, biotecnologia, inteligência artificial. Uma visão de país em que o comércio exterior seja a ponta de lança seria o ideal.

E qual papel a ICC teria?

Ela já vem sendo uma voz atuante em fóruns de representação empresarial, de interlocução com o governo. Atuamos também na agenda de financiamento, importação e exportação com o Banco Central e outras instituições.

O que acha do Mercosul?

Gosto da ideia de somar partes, gosto da União Europeia. O Mercosul é uma oportunidade fantástica para os países negociarem acordos internacionais e se ajudarem mutuamente.

Mas ele precisa de um consenso para decidir tudo o que vem do comércio exterior. Existe um sistema de regras de exceção que permite a cada país aprovar, de forma autônoma, negociações bilaterais. No

momento, há uma chance enorme para acordos com muitos países.

No debate entre Mercosul e União Europeia, você é a favor de um acordo separado do Brasil com os europeus?

Sou a favor de tudo o que ajudar a avançar na agenda do comércio exterior. A agenda é muito ampla e acredito que é vantajoso, para o País, começar a fazer esses acordos bilaterais. Está sendo negociado um deles com Cingapura. Temos por aqui exemplos fantásticos. O agronegócio é temido lá fora, por sua competitividade. E tem uma indústria, a Embraer: quando a gente fala em comércio exterior não tem exemplo melhor.

E tem a Suzano também...

Podemos mencionar os dois. A Embraer é diferenciada; inclusive, é sócia-fundadora da ICC Brasil.

Ela é uma combinação de tecnologia, competência humana; importa peças, produz tecnologia, traz conhecimento de fora.

Acha que o Brasil se protege bem comercialmente?

A gente está melhorando bastante.

O maior desafio, creio, é o engajamento, compartilhar com as partes envolvidas. É preciso reforçar a estrutura de negociação, de diplomacia.

Que recomendação daria a empresários brasileiros que resolvessem se aventurar nas exportações?

Primeiro, eu pensaria, mais do que nas exportações, em fluxo do comércio. Entender o que tem lá fora que pode ser absorvido e melhorado aqui.

Exportadores médios e pequenos deviam ter mais oportunidades?

Tem muito espaço ainda para mecanismos de financiamento.

Quer dizer, não faltam recursos para projetos assim.

Acho que o recurso vem conforme se tenha um bom projeto.

O avanço tem de vir do aprendizado sobre o que está acontecendo, com as barreiras comerciais se fechando entre China e Estados Unidos...

Acha que isso vai durar?

É difícil definir quanto. E o Brasil pode se beneficiar disso.

Ele tem acesso a todos os países, e deveria preservar essa posição neutra. Na hora em que se resolverem gargalos da questão tributária, da infraestrutura, do custo do capital, o País decola.

Acordos bilaterais Para Feffer, mantra "exportar é o que importa" ficou no passado; meta agora é fluxo de comércio

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Jamais sofri qualquer tipo de pressão"

» **RAFAELA GONÇALVES**

Em uma votação célere e tranquila, que foi elogiada por representantes do mercado financeiro, o plenário do Senado Federal aprovou, na noite de ontem, o nome do economista Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central (BC) a partir de 2025. Foram 66 votos a favor e cinco contrários, sem abstenções e de forma secreta.

Galípolo foi aprovado por um quórum superior ao de Roberto Campos Neto, cujo mandato termina em 31 de dezembro deste ano. O ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda ainda teve 11 votos a mais do que seu atual chefe, cujo placar de sua aprovação no plenário foi de 55x6. Ele assumirá o cargo no dia 1º de janeiro do próximo ano e o mandato tem duração de quatro anos, podendo ser renovado por igual período.

Antes da votação em plenário, Galípolo foi aprovado em sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) do Senado por unanimidade, como ocorreu com Campos Neto.

Foram 26 votos favoráveis e nenhum contrário à indicação.

Ao longo da sessão de quatro horas e meia, o economista foi amplamente elogiado pelos parlamentares, inclusive, por integrantes da oposição. Os senadores o questionaram sobre a autonomia da autoridade monetária e possíveis interferências do governo na condução da política monetária. Galípolo, por sua vez, reforçou sua independência do BC e negou sofrer pressão por parte do petista. "Já tive a coragem de cortar, manter e subir os juros, jamais sofri qualquer tipo de pressão. O presidente Lula jamais fez alguma pressão sobre mim", afirmou.

"O mandato legal do BC é esse.

Todos os pedidos e recomendações que recebi são para tomar decisão de acordo com nossa consciência. Se não, começamos a empilhar equívocos", emendou, ao reforçar que terá liberdade para tomar decisões no cargo, "com enfoque no interesse do povo brasileiro". Galípolo reforçou que cabe ao BC colocar o juro em nível restritivo pelo tempo necessário para atingir a meta de inflação. Segundo ele, o cenário inflacionário traz informações muito relevantes para a autoridade monetária. "Hoje, temos uma meta estabelecida de 3%, que cabe ao BC perseguir, de maneira efetiva, colocando a taxa de juros em um nível restritivo pelo

tempo que for necessário para se atingir essa meta. Essa é a função do Banco Central, assim como funciona o arcabouço institucional e legal", explicou.

Sobre autonomia financeira da autarquia, que é alvo de projeto de lei que tramita no Senado, Galípolo afirmou: "Eu reforço a visão de preocupação que o BC tenha arcabouço para sustentar e desempenhar as suas funções e fazer os investimentos necessários." Ele disse que há "confusões" dentro das atribuições da política monetária.

"Me parece que algumas críticas têm alguma confusão sobre o que é a política monetária, que vem do desejo de questionar qual o problema de ter uma inflação um pouco maior", avaliou. "O Banco Central não tem essa liberdade.

Quem entende que o Brasil poderia rodar com inflação superior, isso não é crítica ao BC. A meta de inflação é definida pelo governo e cabe ao BC colocar a taxa de juros num nível restritivo que leve a inflação para a meta", disse.

Dever de casa Desde que teve sua indicação confirmada, o sucessor de Campos Neto fez um extenso "beija-mão" com senadores alinhados ao governo e à oposição, em busca de apoio para a sabatina, que teve clima bastante tranquilo e amistoso. A senadora Damares Alves (Republicanos- DF) disse que Galípolo "fez o dever de casa" ao se encontrar com quase todos os parlamentares da Casa.

"Eu acho que ele chegou a quase 100% dos senadores e em todas as conversas que estive com ele, ele apresentou um currículo extraordinário. Sabemos que é prerrogativa do presidente da República essa indicação, e nós temos um nome técnico", declarou. A parlamentar, que foi ministra do governo Bolsonaro, disse ainda que a "lua de mel" dele com o chefe do Executivo e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, "vai acabar".

Essa será a primeira troca de comando da autoridade monetária na era da autonomia operacional, decretada em 2021.

Na sabatina, o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSDGO), destacou que todas as perguntas feitas pelos senadores ao indicado para a presidência do Banco Central foram respondidas de forma equilibrada por Galípolo.

O parlamentar também afirmou que a escolha do economista para o cargo significa a "tranquilidade de que a instituição será muito bem conduzida".

Repercussão Para Felipe Vasconcellos, sócio da Equus Capital, Galípolo conseguiu se destacar por sua postura técnica e independente.

"Especialmente ao apoiar aumentos na taxa Selic para controlar a **inflação**, mesmo diante de pressões políticas. Sua experiência em gerenciar crises financeiras e dialogar com diversos atores econômicos fortalece a confiança do mercado em sua liderança", disse. "A expectativa é positiva, pois ele demonstra a capacidade de adaptar políticas monetárias conforme as necessidades econômicas, além de valorizar a transparência nas comunicações do Banco Central." Segundo Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos, o mercado seguirá atento sobre o laço que Galípolo possui com o governo federal e a sua posição em relação à PEC da autonomia financeira. "Todos lembram que o economista também foi conselheiro da campanha eleitoral de Lula, em 2021, e fez parte da equipe de transição do governo. Contudo, a aprovação não assustará o mercado, já que ultimamente os votos de Galípolo estiveram alinhados ao restante dos integrantes do Copom para encerrar o ciclo de cortes e iniciar a alta dos juros", ponderou.

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) elogiou a votação célere e tranquila do Senado e desejou um "futuro promissor" para Galípolo à frente do BC.

"Sabemos que é prerrogativa do presidente da República essa indicação, e nós temos um nome técnico" Damares Alves, senadora (Republicanos-DF)

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6504/09-10-2024.html?all=1>

Novo marco para transição energética

» **VICTOR CORREIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a Lei do Combustível do Futuro, que aumenta a participação de biocombustíveis e cria um marco legal para investimentos no setor. O governo estima que as novas regras vão atrair, nos próximos anos, R\$ 260 bilhões em recursos para a transição energética. Na prática, a lei aumenta a porcentagem de etanol, biodiesel, e combustível sustentável de aviação que deve ser misturada aos combustíveis fósseis, nos próximos dias, e regulamenta a captura e estocagem de carbono.

No discurso, em cerimônia na Base Aérea de Brasília, Lula comparou os novos investimentos em biocombustíveis com a produção de etanol para uso em carros, iniciada há cerca de 40 anos, e com o biodiesel, há 18 anos. Para a plateia, composta de empresários e investidores no setor de biocombustíveis, incluindo produtores rurais das matérias-primas, como a cana-de-açúcar e a mamona, Lula destacou o resultado econômico do governo. Ele ainda indicou esperar redução da taxa de juros no ano que vem, mas evitou criticar o Banco Central, que teve o futuro presidente Gabriel Galípolo sabatinado, ontem, pelo Senado e aprovado pelo plenário da Casa. "Estou muito feliz, porque a economia está razoável. A taxa de juros ainda é a mais alta, mas ela há de ceder. Nós temos inflação controlada, temos massa salarial crescendo. Temos leis para proteger o pequeno, médio e grande empresário", disse.

A lei aumenta a porcentagem de mistura do etanol na gasolina, de 18% a 27,5%, para 22% a 35%.

Já a taxa de biodiesel na versão fóssil, que passou a ser de 14%, em 2024, aumentará um ponto percentual por ano até chegar a 20%, em 2030. Conforme as novas regras, a partir de 2027, as companhias aéreas serão obrigadas a reduzir as emissões de carbono em 1%, no primeiro ano, com acréscimo gradual até chegar a 10% em 2037. Isso será feito com o uso do combustível sustentável da aviação (SAF, na sigla em inglês), misturado ao querosene. Da mesma forma, prevê redução das emissões do setor de gás natural, começando em 1% e chegando a 10%.

A regulamentação dessas metas, porém, ainda precisa ser feita pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A legislação também inclui o marco regulatório para

captura e estocagem de carbono. Ao todo, o governo estima que as regras vão reduzir em 705 milhões de toneladas de CO2 até 2037. A sanção ocorreu na feira Liderança Verde Brasil Expo.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6504/09-10-2024.html?all=1>

IBGE pesquisará gastos com bets no orçamento

CAROLINA NALIN

O IBGE pesquisará o peso dos gastos com apostas on-line no orçamento doméstico. O tema será uma das novidades da edição 2024-2025 da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), cujo trabalho de coleta de informações, com 12 meses de duração, começará no próximo mês. Os primeiros resultados estão previstos para 2026, segundo cronograma divulgado ontem.

A POF é uma das principais pesquisas do IBGE, pois serve de base para o cálculo dos índices de preços, como o IPCA, usado na meta de **inflação** do Banco Central (BC). O levantamento se debruça sobre os hábitos de consumo dos diferentes tipos de família do país, permitindo que os técnicos do IPCA definam sua "cesta" de gastos -todo índice de preços é calculado com base no peso que cada bem e serviço tem, na média, no orçamento dos consumidores.

O questionário da POF, aplicado numa amostra de 100 mil domicílios de todo o país, permite ao IBGE saber quanto do orçamento das famílias é destinado aos gastos com alimentos, roupas, medicamentos ou passagens de ônibus, por exemplo. Segundo Leonardo Oliveira, gerente da POF, a pandemia provocou rupturas no padrão de despesa do brasileiro e ensejou a revisão do questionário, para garantir que novos itens estejam representados no estudo: -A gente fez esse esforço para melhorar a captação sobre o consumo do streaming, da internet, além de buscar entender o que se consegue apurar sobre o consumo das apostas on-line, que ganhou força nos últimos anos.

A edição 2024-2025 investigará também os impactos ambientais do domicílio, a satisfação com a vida sob aspectos pessoais e financeiros e a discriminação, como gordofobia, xenofobia e discriminação de gênero. É a primeira vez que a POF tratará do assunto, segundo Elisabeth Hypólito, diretora de Pesquisas do IBGE.

Outra novidade da edição 2024-2025 será estimar o custo que as famílias têm para manter um parente com deficiência. Também haverá um módulo inédito sobre o uso do tempo. A ideia é que esse conjunto de perguntas seja feito somente no ano que vem, no quarto trimestre do período de coleta de informações,

com uma amostra menor, de cerca de 3,7 mil domicílios.

COM ATRASO

Embora mudanças de hábitos após a Covid-19 exijam atualizar os questionários, a nova edição da POF está atrasada desde antes da pandemia. Em tese, a pesquisa deveria ser realizada a cada dois anos, mas a última edição foi a 2017-2018. Por isso, a atualização é aguardada por pesquisadores, economistas e demais especialistas.

Os atrasos são antigos, já que a POF é historicamente atingida pelos cortes de orçamento. A edição 2024-2025 custará R\$ 44 milhões, informou o IBGE. Desse total, R\$ 11,5 milhões serão aplicados ainda este ano - os valores foram garantidos por meio de recursos extraordinários, segundo um **comunicado** anterior do presidente do IBGE, Márcio Pochmann.

O órgão de pesquisas não detalhou se o orçamento da POF 2024-2025 está efetivamente garantido nem se o restante dos valores virá do orçamento do IBGE ou de recursos extraordinários.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Risco fiscal e alta da Selic fazem juro real de mercado se aproximar de 7% ao ano

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Victor Rezende e Sérgio Lamucci De São Paulo

O aumento das incertezas sobre as contas públicas e o início do ciclo de alta da Selic têm levado a uma piora relevante dos juros reais de mercado, medidos pelo rendimento dos títulos do Tesouro atrelados à **inflação**. Em alguns vencimentos, as taxas das NTN-Bs (corrigidas pelo IPCA) se aproximam do nível de 7% ao ano. No leilão semanal realizado ontem pelo Tesouro Nacional, as taxas dos títulos que vencem em 2027 chegaram a 6,709%, disparando um alerta sobre a elevação dos custos de financiamento do governo e a piora na composição da dívida. No fim de 2023, estavam em 5,26%.

Os níveis atuais dos juros reais (descontada a **inflação**) mostram preocupação relevante com a questão fiscal, ao chegarem perto das taxas do início de 2016, no segundo mandato de Dilma Rousseff. Há uma desconfiança em relação à situação estrutural das contas públicas, como destaca o chefe de renda fixa da Santander Asset Management, Luciano Rais. Segundo ele, existe um déficit a ser combatido, mas isso tem sido enfrentado com medidas não recorrentes, enquanto o aumento de gastos tem sido permanente. Na visão de boa parte dos especialistas, faltam iniciativas para conter a expansão das despesas obrigatórias. Sem isso, não há perspectiva de estabilização da dívida pública. Nesse cenário, as taxas dos títulos atrelados à **inflação** de longo prazo, com vencimento em 2045 e 2050, estão em torno de 6,5%, nível bastante elevado para papéis com essa duração - estavam em 5,6% no fim de 2023.

O ciclo de aumento da Selic também ajuda a explicar a alta das taxas das NTN-Bs, diz o estrategista da UBS Global Wealth Management Ronaldo Patah. Juros básicos mais elevados pressionam as taxas dos títulos vendidos pelo Tesouro. Até o mês passado, as NTN-Bs representavam pouco mais de 10% de todas as emissões do ano. O Tesouro tem optado por concentrar as vendas de títulos públicos em papéis pós-fixados (LFTs), indexados à taxa Selic, o que aumenta a preocupação com a composição da dívida pública.

Página CI

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188008?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188008?page=1§ion=1)**

IBGE vai investigar gastos de famílias com aposta on-line

Lucianne Carneiro Do Rio

Tradicionalmente um levantamento dos hábitos de consumo do brasileiro, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vai investigar também impactos ambientais no domicílio; discriminação em suas diferentes formas; histórico familiar - para identificar desigualdades permanentes -; uso do tempo; e satisfação com a vida sob aspectos pessoais e financeiros.

Nos quesitos de consumo, novos temas serão incluídos - como o gasto das famílias com apostas eletrônicas - e outros serão detalhados, como é o caso de acesso a serviços financeiros; compras online e serviços de streaming. As informações foram apresentadas por técnicos do IBGE nesta terça-feira, em evento público que celebrou o início da coleta dos dados da nova edição da POF, referente a 2024/2025, em 5 de novembro.

A diretora de pesquisas, Elizabeth Hypólito, destacou que é a primeira vez que o IBGE investiga, por exemplo, o tema discriminação, em seus mais diversos tipos, como gênero, orientação sexual, racismo, etarismo, gordofobia e xenofobia, e também o uso do tempo.

"Além disso, teremos informações que vão permitir identificar gastos das famílias com apostas eletrônicas, como bets", afirmou ela, que ressaltou a importância da pesquisa para o desenvolvimento de políticas públicas.

Após ser colocada em dúvida pelo orçamento apertado do IBGE, a pesquisa foi confirmada por seu presidente, Mareio Pochmann, em **comunicado** que citou recursos extraordinários garantidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra do Planejamento e do Orçamento, Simone Tebet.

Nesta terça-feira, a apresentação da pesquisa foi feita sem a presença de Pochmann, inicialmente confirmada, por problemas de agenda. O custo de realização da POF será de R\$ 44 milhões ao todo, dos quais R\$ 11,5 milhões em 2024 e o restante em 2025, segundo o IBGE. A assessoria de imprensa não esclareceu, no entanto, o montante dos recursos extraordinários.

A POF é a base para a definição da cesta de consumo das famílias, usada como referência nos índices de **inflação**, como o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A pesquisa é realizada por meio de questionários detalhados com amostra de mais de 100 mil domicílios.

"A gente tem uma política econômica que é baseada, por exemplo, em metas da **inflação**. Então, ter a POF é estratégico para o Brasil. Garantir regularidades de POF também é extremamente importante. [...] É uma vitória para o corpo técnico do IBGE e para a sociedade [ter uma POF]", afirmou a coordenadora das pesquisas por amostra de domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

A previsão era de atualização da pesquisa a cada cinco anos, mas os intervalos têm sido maiores. A última POF foi a de 2017/2018.

"Quando mensura bem a **inflação**, tem certeza da taxa de juros do país, que um produto está mais caro que outro...", afirmou Leonardo Oliveira, responsável pela Gerência de Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

Para enfrentar a recusa da população para responder a pesquisas- problema que ficou claro no Censo Demográfico 2022 -, Oliveira disse que o IBGE trabalha com várias estratégias, como parceria com veículos de imprensa para ajudar na divulgação da importância de se responder à POF; e o trabalho de supervisores do IBGE com experiência no levantamento.

Coordenador-geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e Coordenação de Comunicação Social do IBGE, José Daniel Castro citou iniciativas de conscientização em escolas e a distribuição de 250 mil leques e 100 mil panfletos impressos na gráfica do IBGE como parte desse esforço.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188008?page=1§ion=1>

Risco fiscal leva juro real de mercado a se aproximar de 7%

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira e Victor Rezende De São Paulo

O aumento na desconfiança com os rumos da política fiscal somado ao início do processo de aperto monetário tem gerado uma piora relevante nos juros reais de mercado, que são extraídos das NTN-Bs - títulos atrelados à **inflação** -, e que já se aproximam da marca psicológica de 7% em alguns vencimentos. No leilão semanal realizado ontem pelo Tesouro Nacional, as taxas dos papéis com vencimento em três anos (maio de 2027) chegaram a 6,709%, em uma dinâmica que acendeu um alerta para o encarecimento dos custos de financiamento do governo e para uma piora na composição da dívida.

Os níveis atuais dos juros reais de mercado mostram estresse relevante, ao se aproximarem das taxas vistas no início de 2016, durante o governo de Dilma Rousseff.

"O Brasil tem passado por alguma desconfiança em relação ao tema fiscal e passou por algo semelhante em relação ao Banco Central, mas esse segundo ponto tem sido endereçado", observa o chefe de renda fixa da Santander Asset Management, Luciano Rais.

Para ele, porém, há um problema no fato de os riscos fiscais de mercado seguirem em alta. "Há uma agenda muito focada em recomposição de receita e em menos cortes de despesas", avalia Rais.

"O mercado tem uma desconfiança com o lado estrutural, principalmente.

Existe um déficit a ser combatido e isso tem sido enfrentado com itens não recorrentes, enquanto o aumento de gastos tem sido permanente", afirma Rais. Ele, além disso, observa que o crescimento econômico tem sido forte, apesar da taxa de juros estar restritiva, o que incomoda o Banco Central (BC), que retomou o ciclo de aperto da política monetária.

"O BC voltou a subir juros e isso tem tido um impacto negativo nas taxas de juros das NTN-Bs e dos prefixados.

Claro, as NTN-Bs mais longas estão em patamares que chamam atenção, mas não parece ser algo sem justificativa. O juro real esperado terá de ficar mais

alto", diz o executivo da Santander Asset.

O estrategista para Brasil da UBS Global Wealth Management, Ronaldo Patah, concorda, ao avaliar que tanto as incertezas fiscais quanto o recém-iniciado ciclo de aperto monetário ajudam a explicar o salto das taxas das NTN-Bs.

Ele nota que, enquanto o movimento dos Treasuries foi bem mais contido, com o juro real americano de dez anos passando de 1,74% no início do ano para 1,77% agora, a taxa da NTN-B de dez anos saltou de 5,4% para 6,5%.

Nesse sentido, para Patah, ainda que o governo consiga cumprir a meta de resultado primário deste ano, a dívida no mercado quanto a alcançar o resultado de déficit zero também no próximo ano ajuda a explicar o aumento ao redor de 1 ponto percentual nos juros reais, diante do elevação dos prêmios de risco precificados nos títulos.

"Sem novas medidas e com receitas não recorrentes, como tivemos neste ano, o déficit esperado para o ano que vem é de 0,8% do **PIB**, bem longe da meta, que é zero", alerta o estrategista, ao citar a possibilidade de que o governo tenha de rever as metas do arcabouço fiscal, o que poderia provocar uma deterioração ainda maior na percepção dos agentes financeiros e, como consequência, juros reais ainda mais altos.

Como sinalizações negativas em torno da questão fiscal, Patah cita a tentativa do governo de ampliar o auxílio-gás e isentar o pagamento de Imposto de Renda (IR) a pessoas que ganham até R\$ 5 mil mensais.

Por outro lado, a elevação do rating soberano do Brasil pela agência de rating Moody's, com perspectiva positiva, pode estimular o governo a buscar o equilíbrio fiscal para, pelo menos, começar a conversa sobre retomar o grau de investimento, avalia o profissional.

E é nesse contexto que o sócio e chefe da área de renda fixa da Ace Capital, Luiz Alberto Basqueira, vê os juros reais de médio e de longo prazo com viés negativo.

Isso se justifica, no cenário local, pela preocupação

com a trajetória da dívida do país e também pela recente piora em sua composição. "Não gostamos do nível do juro nominal nem do real como um todo nos prazos intermediários e longos. É um viés e temos menor exposição nessas parcelas da curva", afirma.

Além disso, no ambiente externo, também podem ocorrer vetores de pressão às taxas. Segundo ele, existe a possibilidade de que o Federal Reserve (Fed), que iniciou seu processo de afrouxamento monetário em um ritmo de 0,5 ponto, não consiga entregar tantos cortes de juros quanto o mercado espera. Ao mesmo tempo, Donald Trump segue como favorito na eleição americana, o que também pode imprimir um viés de alta aos rendimentos dos Treasuries, impactando também o mercado local.

A maior convicção da Ace no mercado de juros, de acordo com o gestor, é uma visão mais pessimista em relação à **inflação**. "Além de fatores mais estruturais, como a atividade forte, mercado de trabalho apertado, câmbio e expectativas de **inflação** desancoradas, temos observados maiores riscos relacionados ao clima com o calor e a seca. Estamos bem pessimistas com a **inflação** de alimentos, que deve ser de 8% neste ano e de 7% no ano que vem, bem acima das projeções do mercado", revela Basqueira, que diz gostar de posições compradas (aposta na alta) em **inflação** "implícita" de curto prazo.

Outro fator de pressão nas taxas reais de prazos médios e longos, segundo Basqueira, é a competição de recursos com o mercado de crédito.

"A demanda por hedge [proteção] dos fundos de crédito tem, eventualmente, ajudado a pressionar a curva de juros reais", diz.

Além disso, o forte ritmo das emissões de títulos incentivados tem sido negativo para os títulos públicos como um todo. "Além da competição, o governo deixa de arrecadar com a isenção para esses títulos. Sem dúvida, acabam tirando recursos que poderiam ajudar a financiar a dívida pública", afirma.

Vale notar que, até o mês passado, as emissões de NTN-Bs representavam pouco mais de 10% de todas as emissões do ano. O Tesouro Nacional tem optado por concentrar as vendas de títulos públicos em papéis pós-fixados (LFTs), que são indexados à taxa Selic, o que tem ampliado a preocupação com a composição da dívida pública entre os participantes do mercado.

"Se o governo acha que esse juro está no patamar errado e vai cair, faz sentido ele encurtar a dívida vendendo LFT, que é baseada na Selic. Em um ciclo de corte de juros, o custo da dívida cai muito rápido. Agora, se ele está encurtando a dívida e a gente entra

em um cenário em que o governo não consegue recuperar a credibilidade fiscal, aí a dívida fica mais frágil", diz o economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

"Você sai de um financiamento de longo prazo, que é a NTN-B, para um financiamento de prazo mais curto, que é a LFT, que tem prazo de até seis anos. Então fica um movimento mais frágil", avalia Mansueto.

"Vender uma NTN-B pagando um juro de 6,5% é muito alto. Se o governo tiver certeza que vai tomar ações que vão mostrar o compromisso com o fiscal e que esse juro vai cair, aí pode fazer sentido. Agora, se essas ações não vierem, se o mercado continuar com dúvida, e se o juro longo se estabelecer nesse nível atual, o governo estará aumentando a fragilidade do financiamento da dívida", afirma.

Rais, da Santander Asset, nota que há um debate entre os players de mercado sobre se, de fato, o Tesouro não tem tido demanda pelas NTN-Bs ou se apenas não deseja cancelar o nível alto dos juros de mercado. "Se ele tiver demanda, mas preferir não colocar por causa dos juros altos, pode parecer uma decisão arriscada, por deixar a dívida mais "pós-fixada", diz o profissional, ao pontuar os riscos caso a Selic tenha de subir de forma mais intensa.

1,1 ponto foi a alta da taxa da NTN-B de dez anos desde janeiro

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188008>

Bancos dos EUA se preparam para queda de receita

Joshua Franklin e Stephen Gandel *Financial Times*, de Nova York

Investidores estão prevendo que os grandes bancos dos Estados Unidos vão divulgar suas menores receitas com empréstimos em dois anos, enquanto lidam com o fim da era dos juros altos do Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

J.P. Morgan Chase, Bank of America (BofA), Citigroup e Wells Fargo deverão anunciar no total uma receita líquida de juros de pouco menos de US\$ 62 bilhões ao anunciar seus resultados trimestrais nas próximas semanas, uma queda de quase 5% em relação ao terceiro trimestre de 2023.

A receita líquida de juros - a diferença entre o que os bancos pagam sobre os depósitos e o que eles ganham com os empréstimos e outros ativos - cresceu quando o Fed aumentou rapidamente as taxas de juros, a partir do início de 2022, e as instituições aumentaram as taxas para os poupadores mais lentamente do que para os tomadores de empréstimos.

Mas esse "boom" começou a perder força este ano, com os bancos aumentando lentamente as taxas para os poupadores, comprimindo suas margens de lucro.

A expectativa dos analistas é que a receita líquida total de juros dos quatro maiores bancos americanos em ativos no terceiro trimestre seja a menor desde o fim de 2022.

Analistas estão prevendo que o lucro líquido total dos quatro bancos no terceiro trimestre cairá em uma média de 15% em relação ao ano passado, segundo dados da Bloomberg.

Os anúncios de lucros dos bancos serão uma prévia "da receita líquida de juros daqui para o final do ano e em 2025", disse Saul Martinez, analista bancário do HSBC.

Os lucros dos bancos obtidos com empréstimos deverão ficar mais pressionados depois que o Fed cortou as taxas de juros pela primeira vez em mais de quatro anos no mês passado, com mais cortes previstos adiante.

Os investidores já reduziram suas expectativas para os lucros de alguns bancos. No mês passado, um alto executivo do J.P. Morgan assustou investidores ao alertar que os analistas estavam sendo otimistas demais com o que o banco obterá em receita líquida de juros em 2025. Isso levou o preço da ação do maior banco americano em ativos a cair mais de 5%.

Analistas haviam previsto que a receita líquida de juros do J.P.

Morgan iria cair de US\$ 91,5 bilhões para US\$ 90 bilhões em 2025, mas reduziram suas estimativas para US\$ 89 bilhões.

Parte do problema para o J.P. Morgan - o banco que mais se beneficiou com o cenário de juros mais altos - é que ele manteve uma proporção maior de ativos em títulos de curto prazo e títulos de alta liquidez.

Estes estavam gerando retornos maiores quando as taxas de juros estavam altas, mas serão menos lucrativos após o corte de juros pelo Fed.

Enquanto isso, o BofA colocou uma parcela maior dos depósitos dos consumidores que não emprestou em títulos, e estes perderam valor depois que o Fed aumentou as taxas de juros, afetando os lucros. Embora esses investimentos tenham pesado no preço da ação do banco nos últimos dois anos, seus preços agora deverão subir à medida que os juros caem, tornando-os um fardo menor para os lucros do BofA.

"Nossa tese sempre foi que o J.P. Morgan se beneficiou bastante quando das taxas estavam subindo, simplesmente em razão de como seu balanço estava posicionado", diz Suryansh Sharma, analista da Morningstar. "Agora que as taxas vão cair, o J.P. Morgan estará em maior desvantagem" entre os grandes bancos.

J.P. Morgan e Wells Fargo serão os primeiros a anunciar resultados, na próxima sexta-feira, seguidos de BofA e Citigroup na terça.

Os lucros dos bancos em geral serão afetados pelas receitas líquidas de juros menores, bem como maiores provisões para possíveis perdas com empréstimos, em comparação com o ano passado.

As perdas das instituições com empréstimos vêm aumentando de forma constante, embora de níveis muito baixos, à medida que os consumidores foram queimando a poupança acumulada durante a pandemia e o custo de vida subiu.

"O crédito tem sido muito bom e, de maneira geral, bastante resiliente em uma economia em desaceleração. As indicações são de que deve continuar assim", diz Martinez, do HSBC.

"Mas esses são bancos e, ocasionalmente, os bancos têm soluços, mesmo durante bons tempos. E acho que nos tornamos tão complacentes com o crédito, que qualquer soluço pode ser visto de forma bastante negativa." O crescimento dos empréstimos tem sido lento, pois as taxas de juros mais elevadas desencorajaram os tomadores de empréstimos, com exceção daqueles no cartão de crédito. Os analistas acreditam que as taxas de juros mais baixas poderão estimular as famílias e as empresas e assumir mais dívidas.

"Há muito poder de fogo nos balanços para originar mais empréstimos", diz Sharma, da Morningstar.

O Goldman Sachs anuncia seus resultados em 15 de outubro e o Morgan Stanley no dia seguinte.

Eles serão menos afetados por uma redução na receita líquida de juros porque seus modelos de negócios são mais voltados para as áreas de banco de investimentos, corretagem e gestão de recursos.

Os lucros do Goldman Sachs no terceiro trimestre deverão crescer 26% em relação ao ano passado, quando os lucros foram afetados por sua retirada do setor de varejo bancário. No Morgan Stanley, onde o novo executivo-chefe Ted Pick está no cargo desde janeiro, o lucro líquido deverá crescer cerca de 12,5%.

Um fator crítico para a recuperação desses bancos deverá ser a área de banco de investimentos, em que os analistas antecipam que as comissões continuarão aumentando depois de dois anos tranquilos.

Previsões apontam que as comissões com operações de banco de investimentos do J.P. Morgan, Goldman Sachs, Morgan Stanley, BofA e Citigroup aumentarão em uma média de pelo menos 20%.

As comissões com subscrição de ações e títulos de dívida deverão ser particularmente boas.

A recuperação esperada na atividade de fusões e aquisições também está beneficiando os consultores menores, como Evercore e Lazard.

Juntamente com o Goldman Sachs, as três instituições superaram os índices KBW Bank e S P 500.

15% é a queda projetada de lucro dos 4 grandes

"Maior risco hoje é geopolítico"

O presidente-executivo do J.P.

Morgan, Jamie Dimon, disse ontem à Bloomberg TV que o Federal Reserve (Fed, BC americano) acertou ao cortar os juros em 0,5 ponto no mês passado, mas alertou que as forças inflacionárias permanecem em cena. O executivo tem se mostrado cauteloso com a economia, argumentando que a **inflação** pode ser mais resiliente do que os investidores pensam. Depois que o Fed cortou os juros pela primeira vez em mais de quatro anos, Dimon afirmou que "não contaria" com um pouso suave nos EUA. Para o executivo, a geopolítica é a maior preocupação hoje. Ele disse no mês passado que essa questão "supera qualquer outra que já viu desde que começou a trabalhar". Além disso, ele citou o déficit dos EUA, dizendo que, por sua natureza, é inflacionário.

"Teremos de lidar com isso."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188008>

Governo quer encerrar saque-aniversário do FGTS

G1

O governo pretende enviar ainda neste ano ao Legislativo uma proposta para acabar com o **saque aniversário** do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e para alterar as regras do empréstimo consignado (com desconto nas folhas de pagamento) ao setor privado, incluindo o uso da multa rescisória de 40% dos trabalhadores como garantia.

A expectativa, segundo o ministro interino do Trabalho, Francisco Macena, é que o consignado ao setor privado, com contratação facilitada e mais garantias, substitua a linha de crédito que os bancos ofertam atualmente na antecipação do **saque aniversário** do **FGTS** - que o Ministério do Trabalho quer extinguir.

Essa linha de crédito, com a cobrança de juros pelos bancos, é usada quando os trabalhadores buscam antecipar as parcelas do **saque aniversário** dos próximos anos, dando como garantia o valor a que têm direito anualmente.

"Eu não acredito que seja medida impopular [o fim do **saque aniversário**], porque nós estamos dando uma outra alternativa [empréstimo consignado]. A ideia é que o consignado possa substituir, a taxas similares, a alienação do **saque aniversário**", disse Francisco Macena, do Ministério do Trabalho, ao g1 na última semana.

Para ter validade, a proposta, que ainda não foi formalmente apresentada, precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional.

O governo trabalha para que essa modalidade esteja disponível aos trabalhadores no primeiro semestre do ano que vem.

Pela projeto do governo, os empregados da iniciativa privada poderão comprometer até 35% de sua remuneração bruta mensal, o que inclui benefícios, abonos e comissões, com o novo modelo de consignado.

O **FGTS** é direito de toda pessoa com contrato de trabalho formal, trabalhadores domésticos, rurais, temporários, intermitentes, avulsos, safreiros e atletas profissionais. Trata-se de um valor de 8% do salário que é depositado pelo empregador, mensalmente, em

nome do funcionário.

O saque do **FGTS** é permitido em situações específicas estabelecidas por lei, como demissão por justa causa, compra da casa própria e doença grave do trabalhador ou de seu dependente. Quem optou pelo **saque aniversário**, tem regras diferentes.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6355>

Enquadrado pelo STF, X volta ao ar no Brasil

» RENATO SOUZA

Após quase 40 dias de bloqueio, a plataforma X (antigo Twitter) recebeu autorização para voltar a operar no Brasil. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou o funcionamento depois de a plataforma cumprir todas as ordens determinadas pela Corte.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também foi favorável à decisão. Com isso, se encerra, ao menos por ora, uma série de embates entre o bilionário Elon Musk, dono da rede social, e o Supremo.

Na decisão, Moraes enfatizou que o retorno das atividades da X em território nacional "foi condicionado, unicamente, ao cumprimento integral da legislação brasileira e da absoluta observância às decisões do Poder Judiciário, em respeito à soberania nacional". O ministro também listou as ordens cumpridas pela empresa (veja quadro) e determinou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) adotasse as providências para a retomada do serviço da plataforma.

A rede social estava bloqueada desde 30 de agosto por desrespeitar reiteradamente as determinações do STF, como a suspensão de nove perfis de extremistas investigados, a designação de um representante no Brasil e o pagamento de multas, no valor de R\$ 18 milhões. Moraes, então, bloqueou as contas do serviço no Brasil e estendeu a decisão de indisponibilidade de recursos para a Starlink - empresa que fornece internet via-satélite. A multa subiu para R\$ 28,6 milhões em razão de outros descumprimentos.

A obrigação de empresas estrangeiras terem representantes legais no Brasil está prevista no Código Civil.

Em guerra com Moraes, Musk fechou o escritório da plataforma em São Paulo e demitiu todos os funcionários, alegando perseguição por parte do ministro - a decisão do magistrado, porém, foi ratificada pela Primeira Turma do STF. O bilionário também fez críticas ao governo brasileiro e se disse vítima de perseguição política.

Nas últimas semanas, o X passou a se enquadrar nas determinações judiciais. Apresentou uma petição

informando ao Supremo que estava constituindo os advogados André Zonaro Giacchetta e Sérgio Rosenthal como os novos representantes legais da empresa e pediu o desbloqueio das contas, alegando que os valores seriam pagos com recursos vindos do exterior.

Na semana passada, a empresa depositou os valores em uma conta judicial na Caixa Econômica Federal. No entanto, de acordo com a decisão de Moraes, os recursos deveriam ser depositados no Banco do Brasil, o que atrasou o retorno da plataforma.

O magistrado determinou que o montante fosse enviado "imediatamente" para a conta correta.

Depois de a empresa cumprir todas as ordens judiciais, os advogados solicitaram que o acesso ao serviço da empresa fosse liberado. No documento, os representantes da plataforma afirmam que "o X adotou todas as providências indicadas por Vossa Excelência como necessárias ao restabelecimento do funcionamento da plataforma no Brasil". Os advogados que assinam a petição são Fabiano Robalinho Cavalcanti e Caetano Berenguer (Bermudes Advogados), André Zonaro Giacchetta e Daniela Seadi Kessler (Pinheiro Neto Advogados) e Sérgio Rosenthal (Rosenthal Advogados Associados).

Em nota publicada logo após o desbloqueio, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, comemorou: "A decisão do X de pagar multas pendentes e se adequar à legislação brasileira é uma vitória para o país. Mostramos ao mundo que aqui as leis devem ser respeitadas, seja por quem for. O Brasil é soberano. A Anatel e o Ministério das Comunicações seguem à disposição para fazer com que as decisões judiciais sejam cumpridas", destacou o texto.

"O retorno das atividades da X foi condicionado, unicamente, ao cumprimento integral da legislação brasileira e da absoluta observância às decisões do Poder Judiciário, em respeito à soberania nacional" Trecho da decisão de Moraes

Multa para usuários

O acesso ao X foi cortado para todos os usuários, e Moraes determinou multa de R\$ 50 mil por dia para quem usasse a plataforma por rede privada (VPN) ou

por outro meio que caracterizasse a utilização de "subterfúgios tecnológicos" para burlar a determinação judicial. Em manifestação na própria rede, na época, Musk acusou o ministro de destruir a liberdade de expressão e o chamou de "pseudo-juiz"

Artimanha

O X também foi multado, entre outros, por burlar a decisão que tirou a plataforma do ar. A empresa recorreu a IPs dinâmicos, o que permitiu que a rede social voltasse a funcionar enquanto a suspensão estava em vigor.

Ordens cumpridas

Na decisão, Moraes listou a cronologia de cumprimento de determinações pelo X

» Em 18/9/2024, a empresa esclareceu que "não há intenção de burlar a ordem de suspensão determinada por esta Suprema Corte" e informou que fez o bloqueio de contas de nove extremistas, como ordenou o STF. Segundo o ministro, o X anexou "as capturas de tela com a mensagem de conta retida em relação aos referidos perfis".

» Em 20/9/2024, o X requereu "a juntada de mais informações detalhadas, em cumprimento a decisão a respeito das contas bloqueadas.

» Em 20/9/2024, a empresa informou ter protocolado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo as alterações societárias, assim como apresentando o instrumento de mandato com a documentação societária regularizada e se comprometendo a apresentar as procurações societárias outorgadas pela sócias Twitter International Unlimited Company e T.I.

Brazil Holdings LLC à Sra.

Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição.

» Em 26/9/2024, o X informou ter cumprido integralmente as decisões proferidas pelo STF. "Em sua manifestação, foi juntada documentação societária devidamente atualizada demonstrando a regularidade da nomeação de representante legal no Brasil, a regularidade da outorga de procuração judicial aos advogados constituídos, a regularidade de sua situação cadastral perante a **Receita Federal do Brasil** e o Banco Central do Brasil, bem como a comprovação de ser empresa ativa e com escritório físico em território brasileiro", acrescenta a decisão.

» Em 1º/10/2024, o X informou que efetuará o pagamento das multas fixadas e pleiteou "nova expedição de ofício ao Banco Central do Brasil para

realizar o pagamento das multas".

» Em 4/10/2024, conforme a decisão de Moraes, o X informou que fez o depósito integral do valor total das multas aplicadas, de R\$ 28.600.000, sendo R\$ 18.300.000 relativas às multas anteriormente impostas; R\$ 10.000.000 de nova multa imposta; e R\$ 300.000 direcionada a Raquel de Oliveira Villa Nova Conceição. Indicou, ainda, que o pagamento foi efetuado por meio de guia de depósito gerada pela Caixa Econômica Federal.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6504/09-10-2024.html?all=1>